

## **DEFASAGEM SALARIAL DA MAGISTRATURA**

---

**LUIS FELIPE SALOMÃO\***

*Juiz do Rio de Janeiro e Diretor de Comunicação Social  
da Associação dos Magistrados Brasileiros (Amb)*

**A fixação** do teto salarial do funcionalismo público é uma questão que vem sendo tratada com meias verdades, falsos argumentos e duvidosas estatísticas, que buscam esconder a verdadeira razão da pressão para que tal limite não seja tão cedo estabelecido. Os chamados marajás – detentores de cargos públicos que recebem supersalários, muito acima do teto – não têm o menor interesse em ver seus ganhos estratosféricos diminuídos e adequados ao limite remuneratório de todo o funcionalismo público.

A Emenda Constitucional nº 19, de junho de 1998, que promoveu a Reforma Administrativa, atribuiu nova redação ao artigo 39, parágrafo 4º, da Constituição Federal, ao determinar que membro de Poder, detentor de mandato eletivo, ministros de Estado e secretários estaduais e municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer item remuneratório. O artigo 37, inciso XI, estabeleceu que tal subsídio não poderá nunca ultrapassar o valor do teto, que será fixado com base no salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) – paradigma para a remuneração de toda a administração pública. Convém destacar que, por força da referida emenda constitucional, a fixação do subsídio dos ministros do STF virá por lei, em projeto de iniciativa conjunta dos presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do STF.

A medida visa estabelecer padrão remuneratório efetivo e transparente para todo o serviço público, cortando os excessos e as

distorções que ultrapassem o valor fixado. Não há como fugir à aplicação da norma determinada pela Constituição, de solar evidência moralizadora, que impede vantagens adicionais, jetons e outras mordomias no serviço público.

Até hoje, porém, passados mais de dois anos, permanece o impasse na fixação do valor do teto. Quanto mais o assunto está sendo protelado, quem paga a conta da festa para poucos e elitizados convidados, todos privilegiadamente situados no ranking das acumulações e incorporações em refrescantes cascatas, será, mais uma vez, o incrédulo contribuinte.

Ao contrário do que a opinião pública é induzida a acreditar, os magistrados brasileiros não ganham salários astronômicos, embora, em alguns casos, existam aqueles que recebem como marajás e devem ser atingidos pelo teto salarial a bem da moralidade pública. Há estados em que o salário do juiz não chega a R\$ 3 mil mensais. Na verdade, a magistratura brasileira está há quase seis anos sem receber qualquer reajuste salarial. No mesmo período, funcionários de pelo menos 120 carreiras da União tiveram aumentos e o salário mínimo foi atualizado em mais de 80%.

Enquanto os juízes enfrentam o arrocho salarial, sem que se leve em conta a importância do Poder Judiciário na democracia brasileira, os salários dos executivos de nível médio, no setor privado, situam-se em torno de R\$ 45 mil, segundo revistas especializadas. Ainda de acordo com elas, os maiores e menores salários variam de R\$ 38.077 a R\$ 46.319, para o cargo de diretor-financeiro; R\$ 38.816 a R\$ 12.170, diretor-jurídico; e R\$ 29.556 a R\$ 38.387, diretor de recursos humanos.

Uma outra comparação, agora internacional, ilustra a diferença salarial entre o Judiciário brasileiro e o de outros países. O ministro do STF, por exemplo, ganha US\$ 6.913 (R\$ 12.720), o que não o

coloca, nem de longe, em condições de usufruir de um padrão de vida similar aos de seus colegas do primeiro mundo (EUA, US\$ 13.660) Inglaterra, US\$ 19.500; França, US\$ 9.300), por razões que dispensam maiores comentários (excesso de carga tributária, péssima qualidade dos serviços públicos brasileiros e alto custo de vida).

Alguns estados da Federação reconhecem a defasagem salarial e estabelecem mecanismo de solução temporária para o problema, de modo a minimizar a grande evasão que vem ocorrendo na carreira da magistratura.

Esta é a realidade da magistratura brasileira, que não quer receber salários de marajás, mas sim uma remuneração condizente com a posição de alta importância que ocupa na vida nacional, instituição vital para uma real democracia.